

A PERCEÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR PELOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

THE PERCEPTION OF MILITARY POLICE ACTIVITY BY THE EDUCATION PROFESSIONALS OF THE STATE OF GOIÁS

PONTES, Caio¹
CHADUD, Reycilane Carvalho²

RESUMO

Nos últimos anos, a educação estadual de Goiás vem ganhado destaque através dos colégios estaduais da polícia militar. Esta modalidade de ensino, fruto da parceria entre as secretarias de educação e segurança pública, vem desempenhando papel relevante na educação estadual, ora pela qualidade de ensino, observada pelas excelentes notas de seus alunos nos mais variados exames e concursos, ora pelo sentimento de segurança transmitido aos escolares. O bom desempenho dos colégios militares é resultado ativo da participação dos alunos, pais, professores, servidores civis e militares. Neste cenário, procurou-se entender o grau de representatividade deste serviço educativo realizado pela polícia militar através de um questionário virtual, realizado na cidade de Anápolis, baseado num levantamento quantitativo do grau de reconhecimento desta atividade tendo como público alvo, professores e funcionários civis em contato direto com os policiais. Ficou demonstrado que a proximidade entre os profissionais da educação e policiais militares gera uma representação positiva da polícia militar como um todo e qualifica suas atividades para além do aspecto coercitivo e ostensivo.

Palavras-chave: Colégios Estaduais, Polícia militar, Representação Social.

ABSTRACT

In the last years, the state education of Goiás has gained prominence through the state colleges of the military police. This teaching modality, as a result of the partnership between the secretariats of education and public safety, has played an important role in the state education, or in the quality of teaching, observed by the excellent marks of its students in the most varied examinations and contests, or by the feeling of transmitted to schoolchildren. The good performance of military colleges is an active result of the participation of students, parents, teachers, civil and military servants. In this scenario, we sought to understand the degree of representativeness of this educational service carried out by the military police through a virtual questionnaire, conducted in the city of Anápolis, based on a quantitative survey of the degree of recognition of this activity with target public, teachers and civil employees in contact with the police. It has been

¹ Aluno do Curso de Pós Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás-CAPM, caio.pontes@pm.go.gov.br, Anápolis - Go, Março de 2019.

² Professor Orientador: Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás-CAPM, reycechadud@gmail.com, Anápolis - Go, Março de 2019.

demonstrated that the proximity between education professionals and military police generates a positive representation of the military police as a whole and qualifies their activities beyond the coercive and ostensible aspect.

Keywords: State Colleges, Military Police, Social Representation.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública estadual de Goiás na atualidade é uma resultante de transformações sociais, políticas, técnicas e culturais ocorridas no Brasil nas últimas décadas. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram implementadas reformas na educação que culminaram com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), entre outras políticas que proporcionaram um maior acesso da educação básica à população.

Apesar do grande avanço realizado pelas políticas e legislações em torno de reformas e processos de reestruturação, não houve um aporte de recursos financeiros para garantir estas políticas públicas, ocorrendo nos anos subsequentes um “apagão da educação”, o que favoreceu o surgimento de novos modelos de gestão educacional, entre eles, os colégios estaduais geridos pela polícia militar em parceria com a secretaria de educação e que é especificamente observado neste trabalho no estado de Goiás.

Historicamente a formação de colégios militares concentrava-se no âmbito do exército, com o interesse primordial na criação de uma instituição educativa voltada quase que exclusivamente, para instrução dos filhos de militares. No período regencial do império brasileiro, em 1840, foi proposta a criação do "Colégio Militar do Imperador" sem êxito em sua implementação. Oficialmente, o Colégio Militar nasceu com o Decreto Imperial nº 10202, de 09 de março de 1889, com o nome de Imperial Colégio Militar da Corte, hoje o tradicional Colégio Militar do Rio de Janeiro que atendia a finalidade de acolher os filhos de militares tombados nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. Nos anos de 1915 e 1916 houve o agenciamento de se fazer cortes nos orçamentos dos colégios visando a extinção de três unidade de ensino em atuação pelo Exército, como forma de oposição ao novo modelo de ensino, porém não ganharam forças e a proposta de corte orçamentário foi arquivada. Como as atenções estavam voltadas neste momento para os colégio militares, o governo federal cria o Colégio Militar do Ceará Lei nº 3674, de 07 de janeiro de 1919 (BRASIL, 2015), sendo marco para na atualidade, projetar um total de treze colégios militares espalhados pelo Brasil,

controlados pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, que é subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

Apesar de não ser uma proposta nova, a ideia do “colégio militar” como atividade da Polícia Militar de Goiás, não é dependente do Sistema Colégio Militar do Brasil, que é dirigido pelo Exército Brasileiro. Em Goiás, o Colégio da Polícia Militar foi criado em 18 de Julho de 1976 com a Lei Estadual nº 8.125/1976, entrando em funcionamento somente 23 anos depois com a Portaria nº 0604/PMGAB/1998, que iniciou suas atividades primeiramente nas dependências da Academia de Polícia Militar com 440 alunos (GOIÁS, 2013). Posteriormente, a atuação dos colégios militares foram modificadas pela Lei Estadual nº 14.050 de 21 de dezembro de 2001 onde em seu Art. 1º estabelece: “Ficam criadas na Polícia Militar do Estado de Goiás as seguintes Unidades: [...] **XVIII – Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMGs** (GOIÁS, 2001).

Nos últimos anos, esta modalidade de gestão tem crescido em números e também, qualidade de ensino, observadas pelas expressivas notas dos alunos, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Avaliação da Educação do Estado de Goiás (SAEGO), concursos para o quadro de especialistas militares, exames de vestibulares diversos e bolsas de estudos internacionais, despontando no *hanking* em relação às demais escolas públicas estaduais goianas.

O bom desempenho dos colégios da polícia militar é resultado da participação efetiva dos alunos, conselho escolar, associação de pais e mestres, professores, servidores civis e militares, em uma convivência cooperativa para o aperfeiçoamento continuado de práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente a polícia militar do estado de Goiás além da atividade de policiamento ostensivo e preventivo, atendimento continuado ao cidadão e patrulhamento das vias públicas, para manter a ordem e paz social, tem sob a sua responsabilidade, uma parte dos colégios estaduais de ensino básico, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida por meio da educação. Este trabalho educacional militar, apontado como de cunho preventivo, busca diminuir a violência nas escolas, melhorar os índices dos sistemas de avaliação e resgatar o respeito à comunidade escolar perdido muitas vezes pela desvalorização do ambiente escolar público face à violência, falta de credenciamento dos profissionais atuantes e descrédito de seus alunos.

Esta realidade não é exclusiva de Goiás, mas se apresenta nas demais unidades federativas, não é algo novo, mas que certa forma nos últimos anos teve uma maior incidência vindo a fortalecer por outro lado, o destaque dos CEPMs. Outros estados, como Pernambuco, criaram em 13 de fevereiro de 1966 o Colégio da Polícia Militar e conta hoje com duas unidades. O estado do Paraná fundou seu primeiro Colégio da Polícia Militar em 7 de agosto de 1959 e conta hoje com dois colégios com a proposta de estruturação para mais três unidades para o ano de 2019. A Escola Tiradentes do Estado do Mato Grosso foi criada inicialmente com o nome de Escola Estadual de 1º Grau da Polícia Militar em 22 de dezembro de 1986 e tem hoje cinco escolas. No estado do Amazonas criou Colégio da Polícia Militar em 4 de fevereiro de 1994 e conta hoje com oito unidade de ensino. O estado do Tocantins iniciou o Colégio da Polícia Militar em 18 de agosto de 2009 e conta hoje com dez unidades. No estado de Roraima o Colégio Militar foi criado em 30 de dezembro de 2011 e hoje conta com dezoito unidades. Não estão aqui todos os estados que tomaram a iniciativa de implantação do colégio com gestão militar, mas é uma composição significativa do quadro atual da educação, que avança em percentuais importantes em torno desta modalidade de serviço público prestado pelas polícias militares.

Estruturalmente o CPMG tem parte dos funcionários militares, com policiais e bombeiros, mas a grande maioria são servidores civis e profissionais de áreas distintas da educação que vão desde a especialização em círculos de conhecimento até a cooperação pedagógica acompanhada de interdisciplinaridade, desenvolvimento humano e civismo visando alcançar bons resultados, sendo imprescindível um ambiente de cooperação, confiança e respeito mútuo, fazendo com que a maioria dos servidores da educação sejam formadores de opinião nas mais amplas áreas do conhecimento, como o caso dos professores, levando ao pensamento crítico da realidade não só dentro da área em que atua, como no contexto social contemporâneo em que estão inseridos.

Diante destas primeiras impressões acerca da história e desenvolvimento dos trabalhos nos CEPM, este trabalho tem por finalidade efetuar um levantamento quantitativo do grau de reconhecimento da atividade policial, dentro dos colégios da polícia militar, tendo como público alvo, professores e funcionários civis que tem contato direto com os policiais. Para o desenvolvimento da pesquisa, será realizado um trabalho de campo aplicado aos servidores da educação por meio de questionário virtual, procurando avaliar se o contato direto com os policiais militares nos colégios sob a gestão Militar causam uma melhor visibilidade da polícia militar como um todo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Em um dos índices de atuação policial, se verifica o nível de reconhecimento da população quanto à sua atuação em reprimir condutas ilícitas. Esta relação permite criar várias formas acerca do que seria em análise a excelência do trabalho policial, em importância podemos conjecturar a diminuição das distâncias entre o trabalho de polícia e a sociedade, como forma de tornar a sociedade partícipe de sua própria segurança e apoiadora da atividade de polícia. Observando a questão educacional do trabalho de polícia nos colégios militares podemos perceber que:

[...] em sociedades nas quais vigem regimes democráticos consolidados, existe forte controle social dos serviços e das instituições públicas. O próprio processo de planejamento de políticas públicas (e a consequente atuação dos órgãos públicos encarregados de implementá-las) depende, em grande medida, da legitimidade que tais ações e organizações desfrutam junto à população. Daí a importância de se compreender melhor, por exemplo, as mais diversas questões relacionadas às percepções e avaliações que a população faz dos serviços de segurança pública, bem como os níveis de confiança e legitimidade que atribui às instituições encarregadas de executá-las (ZILLI e COUTO, 2017, p. 683).

Sendo assim, faz-se necessário que a confiança da sociedade e a legitimidade dos cidadãos em relação ao CPMG seja observada tendo em vista que, a atenção da polícia deve ser voltada para a sociedade, porque ela é a base onde atua. Não dar importância a sociedade ou cidadão, como o principal cliente, no contexto social em que está inserido é o mesmo que deixar de criar condições favoráveis para a sua atuação, seja em ações dissuasivas, preventivas ou repressivas. Toda ação da polícia é fundamental a participação da sociedade. É um dos fatores de êxito no serviço de segurança pública (MUNIZ, 2001).

Por isso, investimentos em educação têm sido no mundo moderno, uma das preocupações centrais para melhoria da economia, desenvolvimento social, combate da desigualdade e forte incidente para o desenvolvimento humano. A polícia Militar acompanha este momento de resgate das condições de fortalecimento do estado, a partir da consolidação da confiança e legitimidade dos cidadãos nos colégios militares e de sua capacidade também de prevenção a crimes, e também do desenvolvimento de políticas de civismo e cidadania entre sua comunidade escolar.

O gasto público por aluno em educação no Brasil tem ficado aquém quando comparado com outros países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus parceiros. A OCDE, fundada em 1960, é uma organização

internacional de cooperação composta de trinta e cinco países e tem como objetivo entre os seus membros o desenvolvimento econômico, estabilidade financeira, criar mecanismos para geração de emprego e desenvolvimento econômico. O Brasil está em processo de negociação desde julho de 2017 para compor o grupo, ficando sujeito a observações e análises da organização. Entre estas análises está o relatório *Education at a Glance* que traz dados do Brasil e outros quarenta países sobre o sistema educacional, comparando o acesso à educação da população, recursos financeiros investidos diretamente na educação e os seus impactos na aprendizagem. O relatório de 2018 indica que o Brasil teve nos últimos anos um acréscimo de investimento na educação, porém com baixo desempenho em educação comparado a outros países (OCDE, 2018).

Como os recursos em educação no Brasil são escassos é fundamental a participação da comunidade, dos alunos, professores, funcionários e pais, para a consolidação de um ambiente que possa prevalecer o respeito, a ordem e a disciplina. O colégio da polícia militar tem um caráter dinâmico, que busca fomentar a paixão pelo estudo, o amor à pátria, o respeito a diversidade cultural, racial e ideológica de forma crítica. Pode-se dizer que os Colégios da Polícia Militar tem uma formação cidadã, que busca no aluno não apenas a construção do intelecto, mas a capacitação de bons filhos, bons profissionais, intelectuais e cidadãos. Esse trabalho de conscientização da responsabilidade social interfere diretamente nos mais variados aspectos para a diminuição da violência nas comunidades e aumento do apego à educação e seus valores éticos.

Mas, temos que lembrar que, sem a participação da comunidade é difícil o combate aos problemas sociais que envolvam a segurança pública nas escolas. Isso porque, a ação policial em sua maioria é motivada pela vítima ou testemunha do fato nas ocorrências operacionais cotidianas, mas que na relação educacional pode também ser percebida pelos professores, alunos e funcionários em geral que, balizam a capacidade de dar uma resposta efetiva e eficaz à solicitação de melhores escolas demonstrando em parte, o nível de confiança desta comunidade no trabalho policial.

Já a convivência dentro das escolas públicas estaduais se caracterizou na maior parte por problemas recorrentes de violência contra alunos e professores, dentro e nas imediações das escolas, com a prática de condutas ilícitas e o uso de drogas ilegais. Com a proposta de diminuir a violência, melhorar o desempenho dos alunos e a qualidade do trabalho de professores e funcionários, houve a parceria da secretaria de

educação e secretaria de segurança pública, onde a primeira cedeu algumas escolas para a implantação da gestão educativa da polícia militar (GUIMARÃES, 2017).

Nesta gestão da polícia militar, condutas como depredação do patrimônio, discriminação, agressões, brincadeiras ofensivas, agressivas, *bullying* são sucumbidas em face de uma educação voltada para o civismo e cidadania. Sabemos que estas atitudes descritas no começo deste parágrafo tendem a diminuir a confiança nas instituições de ensino e autoridade do professor, tanto como profissional, como pessoa humana. E o que se busca é exatamente o contrário, de forma incansável, que é a dignificação, nos molde sociais o mais humano possível. Assim, a educação é considerada um importante instrumento da transformação social, e tem por desafio a emancipação humana, contemplando a diversidade cultural.

Para Silva (2013) a confiança no trabalho policial pelo público em geral é considerada um dos primeiros indicativos de legitimidade da atividade e está associada às atuações bem sucedidas como processo de validação de seu funcionamento como instituições, gerando a sensação de segurança que é um fator de bem estar social.

[...] as instituições cumprem pelo menos duas funções complementares: a primeira envolve a distribuição do poder de tomar decisões que afetam a coletividade; a segunda assegura a participação dos cidadãos na avaliação e no julgamento que fundamenta o processo de tomada dessas decisões (MOISÉS, 2005, p. 35).

Para se diminuir violência, melhorar índices de desempenho escolar por parte de alunos, oferecer condições mínimas de trabalho para professores e funcionários é necessário o controle pelo poder, onde a obediência ao conjunto de normas e regras preestabelecidas possa orientar a convivência. A disciplina dentro de qualquer instituição pública é essencial. É ela que garante a convívio harmonioso dentro e fora da comunidade de escolar, habilitando um relacionamento respeitoso e humano, a convivência social, o desenvolvimento da cidadania e a tomada de consciência.

Dentro desta perspectiva (BELUCI e SHIMIZU, 2007) avaliando a violência dentro das escolas, por meio de um questionário, caracterizou que, a participação da polícia dentro da comunidade escolar é vista de forma positiva e até reconhecida por ampla maioria do público entrevistado.

No que concerne às injustiças da polícia para com os alunos, esses casos revelam, com mais precisão, a necessidade de uma especial atenção à dinâmica das relações na escola investigada, uma vez que a maioria dos participantes, independente do papel desempenhado na escola 85,9% dos

alunos, 86,5% dos pais, 71,4% dos professores e 100% dos funcionários declara que, em diversas situações, a polícia tem que intervir para conter os comportamentos “inadequados” de alguns alunos. Podem ser levantadas duas hipóteses, que não são excludentes entre si: a primeira de que, realmente, as ocorrências são muito graves e oferecem riscos à integridade física dos membros da comunidade escolar, o que pode justificar a presença da Polícia Militar. E a segunda, de que as relações estão tão fragilizadas que é necessário o uso de poder, ameaça e coação para o restabelecimento da ordem do local (BELUCI e SHIMIZU, 2007, p. 360).

A atuação policial dentro das escolas vista pelos alunos, professores e funcionários em geral é vista como positiva na maioria das vezes, sentindo-se protegida da crescente insegurança que é acometida em outros estabelecimentos de ensino. Eles não atendem tão somente a problemas diretamente ligados aos alunos, professores e funcionários, mas, também as pessoas estranhas à comunidade escolar que a colocam em risco (RUOTTI, ALVES e CUBAS, 2006).

No ambiente de sala, onde se deve firmar e prevalecer vínculos de confiança e respeito, para a possibilidade do ato de ensinar, o professor vem perdendo espaço, porque a relação aluno e professor antes de tudo é uma relação de autoridade, onde o professor mostra o caminho que deve ser percorrido, para o aluno alcançar resultados dentro dos mais variados saberes. Atualmente, esta autoridade está sendo questionada por meio da ironia, sarcasmos, agressões verbais e físicas, quando deveria prevalecer a disciplina e o respeito para a melhoria do percentual de legitimidade e crescimento como pessoa dentro dessas instituições de ensino.

Contudo, ambientes que tem a presença da polícia, não só inibem a prática de condutas tipicamente expressas em lei, como condutas sociais inadequadas no ambiente em que se está inserido. Os efeitos da presença policial militar nos colégios é uma possibilidade de mensurar o que é oportuno, o que deve ser melhorado ou evitado, dentro do ambiente de educação e nas relações delas decorrentes.

Acreditamos que pesquisas acadêmicas que buscam avaliar a atividade policial são de grande importância, para produzir conhecimento técnico e orientar gestores no aprimoramento do contato da polícia militar com o público. Com objetivo de tentar compreender a percepção dos servidores da educação em relação ao trabalho educacional dos colégios militares, busca-se entender se a atividade dos policiais militares são percebidas diferentemente pelos demais profissionais da secretaria de educação que não tem contato direto com os policiais militares. E, se eles mesmos desejam ou não trabalhar na presença destes policiais. Para isto, o questionamento central baseia-se em saber se: Existe diferenciação no grau de aceitação pública da

polícia militar numa comunidade escolar entre profissionais de educação que tem contato direto com o policial e aqueles oriundos de colégios estaduais civis?

Esta é nossa inquietação tendo em vista que, a educação atualmente está grassada num rebaixamento dos valores sociais a que se destina e numa conturbada relação de desgaste entre a Lei e a realidade.

3 OBJETIVO

Demonstrar se o contato entre policiais militares, professores e funcionários civis dentro dos colégios melhoram a percepção da polícia militar como um todo, em relação ao nível de confiança e reconhecimento gerado à instituição.

3.1 Objetivos Específicos

Demonstrar como o contato entre policiais militares e profissionais de educação dentro do colégio podem colaborar para um olhar positivo da polícia como um todo.

Caracterizar a aceitação pública de profissionais de educação, que tem contato direto com policiais militares.

Qualificar o trabalho policial educativo oferecido pelos colégios militares.

Caracterizar a qualificação dos professores dos colégios militares e civis do Estado de Goiás.

Efetuar um diagnóstico das percepções da representatividade do trabalho policial militar como formação social.

4. METODOLOGIA

4.1 Local da Amostragem

O dados serão coletados no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Gabriel Issa, localizada na Rua Getúlio Vargas com a Avenida Engenheiro Portela, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Anápolis - GO, CEP 75120-470. No Colégio Estadual da

Polícia Militar de Goiás Dr. Cezar Toledo, localizada na Rua Monteiro Lobato, QD 02, Jardim Alexandrina, Anápolis - GO, CEP 75060-140.

Nos locais mencionados foram realizadas as análises, questionários e observações.

4.2 Coleta de Dados

Os dados necessários ao estudo foram coletados através de pesquisas Bibliográficas onde foram examinados e analisados livros, periódicos, artigos e publicações acerca do tema educação, sociedade e desenvolvimento social. Foi efetuado questionário misto para os envolvidos na pesquisa sendo disponibilizados para os profissionais da educação voluntários, contendo questões de múltipla escolha e discursivas acerca do trabalho policial militar educativo. O questionário foi aplicado pelo pesquisador nos locais acima mencionados de forma aleatória, em grupos de *wattsapp* da coordenação pedagógica mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e, também sigiloso, ocupando um tempo estimado para resposta de cinco minutos.

4.3 Análise de dados

Os dados foram tratados de forma estatística e apresentados em forma de gráficos gerados através do programa Microsoft Excel, para uma melhor visualização e entendimento das correlações dadas.

4.4 Análise dos Resultados

A análise tem por finalidade organizar dados para o fornecimento de respostas acerca do trabalho da polícia militar de forma mais positiva, dentre os profissionais de educação que tem contato direto e os que não tem. E, se os últimos por ventura não desejam tal atuação da polícia militar em suas unidades de ensino. Certificamos que,

devido a demora nos trâmites institucionais a pesquisa não foi realizada nos colégios civis, mas que posteriormente será efetuada para publicação de trabalhos subsequentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de realizarmos a exposição dos dados auferidos na pesquisa, gostaríamos de relatar alguns problemas encontrados durante a confecção da mesma. Primeiramente, elencamos a dificuldade em se conseguir junto à Secretaria Regional de Educação de Anápolis, o “Termo de Anuência” para realização da pesquisa nos Colégios Estaduais “José Ludovico de Almeida” e “Polivalente Frei João Batista” que, não se configurou até este dia de trabalho. Tal ocorrência nos impossibilitou de agregarmos dados oriundos da amostra de trabalhadores educacionais civis, sendo até o momento da escrita deste artigo, confeccionados apenas nos colégios militares, correspondendo a um percentual de 52% dos entrevistados do Colégio Estadual da Polícia Militar Dr. Cesar Toledo e 48% deles do Colégio Estadual da Polícia Militar Gabriel Issa. Em segundo lugar, ratificamos que este inconveniente, não impossibilitará que posteriormente, quando conseguirmos o termo de anuência para realizar o restante da pesquisa, venhamos a tratar os dados destes colégios em comparação a estes aqui evidenciados, numa perspectiva mais abrangente.

Assim, buscou neste primeiro momento, visualizar qual foi o público alcançado pelo questionário *online* aplicado nos colégios estaduais militares em que:

Tabela 1: Características sociodemográficas.

Características sociodemográficas	Número	Porcentagem (%)
Idade	111	100
20 a 24	0	0
25 a 29	6	5
30 a 34	13	12
35 a 39	19	17
40 a 44	31	28
45 a 49	21	19
50 a 54	13	12
55 a 59	4	4
60 a 64	3	3
65 a 69	1	1
Sexo	111	100
Masculino	41	37

Feminino	70	63
Cor/Raça	111	100
Branco(a)	59	53
Pardo(a)	45	41
Negro(a)	1	1
Amarelo(a)	6	5
Escolaridade	111	100
Ensino médio incompleto	1	0,9
Ensino médio completo	4	3,6
Superior incompleto	2	2
Superior completo	25	23
Especialização	71	64
Mestrado	7	6
Doutorado	1	1

Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria

Foi predominante a faixa etária entre 40 a 44 anos, tendo como gênero predominante na pesquisa o feminino. Outro fator preponderante da pesquisa foi a quase inexistência da cor/raça negra que contou com apenas um indivíduo(a). A escolaridade em 64% dos entrevistados crivou-se na especialização, não aparecendo percentagens importantes no número de pesquisados em níveis educacionais inferiores ao superior completo. A Tabela 2 apresenta uma melhor visibilidade das características profissionais destes entrevistados:

Tabela 2: Características ligadas ao trabalho e ao doméstico.

Características sociodemográficas	Número	Porcentagem (%)
Área de formação	104	100
Ciências da saúde	6	6
Exatas	26	25
Humanas	63	61
Biológicas	9	9
Renda média	111	100
Até 1 salário mínimo	4	4
Mais de 1 até 2 salários mínimos	6	5
Mais de 2 até 3 salários mínimos	17	15
Mais de 3 até 4 salários mínimos	33	30
Mais de 4 até 5 salários mínimos	24	22
Mais de 5 salários mínimos	27	24
Estado civil	111	100
Casado (a)	74	67
Solteiro (a)	17	15
Divorciado (a)	17	15

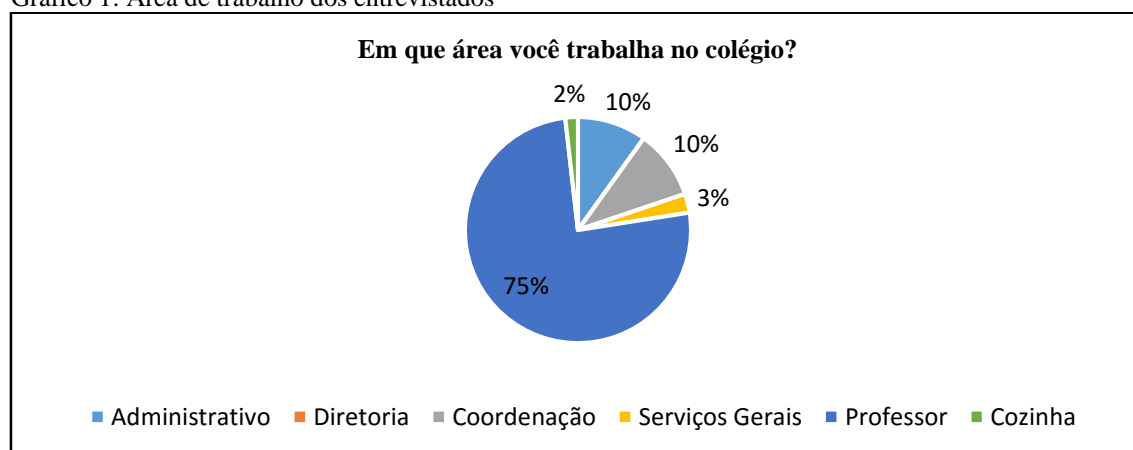
Viúvo (a)	3	3
Filho(s)	111	100
Sim	88	79
Não	23	21
Quantidade de filhos	88	100
1	22	25
2	48	55
3	12	14
4	4	5
5	2	2
Tempo de profissão	111	100
Até 1 ano	4	4
Mais de 1 ano até 5 anos	10	9
Mais de 5 anos até 10 anos	7	6
Mais de 10 anos até 15 anos	17	15
Mais de 15 anos até 20 anos	44	40
Mais de 20 anos até 25 anos	12	11
Mais de 25 anos até 30 anos	17	15

Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria

Houve uma grande maioria de formados nas ciências humanas (61%), com uma renda média prevalente entre 3 e 4 salários mínimos (30%) e sendo 67% deles casados, sendo que 79% dos profissionais tem filhos, e destes, 55% possuem dois filhos. Os participantes do questionário em sua maioria (40%), afirmaram que tem de 15 a 20 anos de profissão, onde:

Gráfico 1: Área de trabalho dos entrevistados



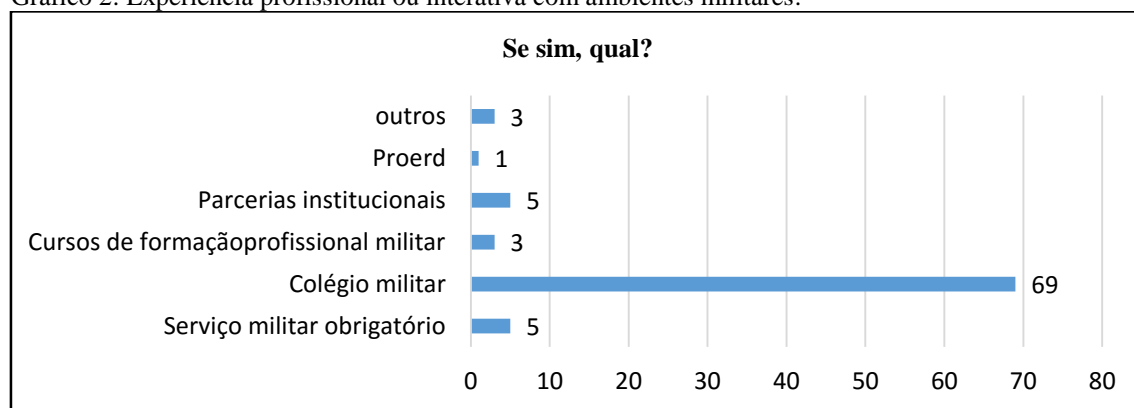
Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria

Como esperado em pesquisas no âmbito educacional, 75% dos respondentes exercem a função de professor. Nesta proximidade, procuramos saber se estes,

matriculariam seus filhos em CEPMGs e 82% disseram que sim, 4% disseram que não, 2% talvez e nenhum entrevistado disse que nunca. Este resultado mostra a positividade da representação social do CEPMG junto ao pessoal civil que trabalha em suas dependências e conhecem de perto o modelo de gestão em que participam, visto que 77% destes afirmaram já ter tido experiência profissional ou interativa em alguma instituição militar. Nesta perspectiva, a experiência profissional caracterizou-se da seguinte maneira:

Gráfico 2: Experiência profissional ou interativa com ambientes militares.

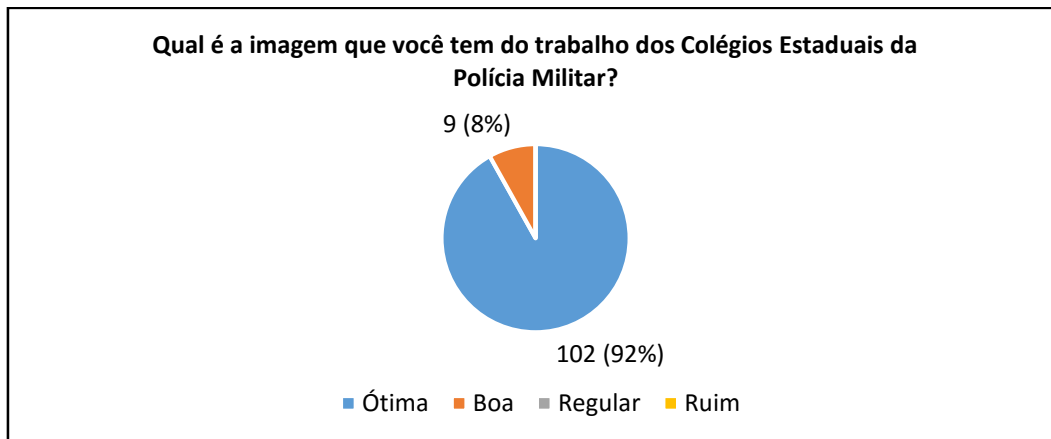


Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria.

Notamos que, em 69% dos casos a experiência com alguma instituição militar deu-se através dos colégios militares, configurando mais uma vez a representação social positiva desta área de trabalho da polícia militar. Frente a esta positividade procuramos entender, qual imagem estes trabalhadores possuem da polícia militar como um todo e; 78 deles (70%) afirmaram ótima, 32 deles (29%) boa, apenas uma pessoa (1%) ruim e nenhuma regular. Assim, auferimos números muito otimistas para uma corporação que enfrenta constantemente opiniões divergentes ou até mesmo negativas de sua atuação junto à sociedade. Para evidenciar mais profundamente a positividade desta representação social do trabalho educativo da polícia militar através dos colégios militares notamos que:

Gráfico 3: Imagem dos trabalhadores acerca dos CEPMGs.

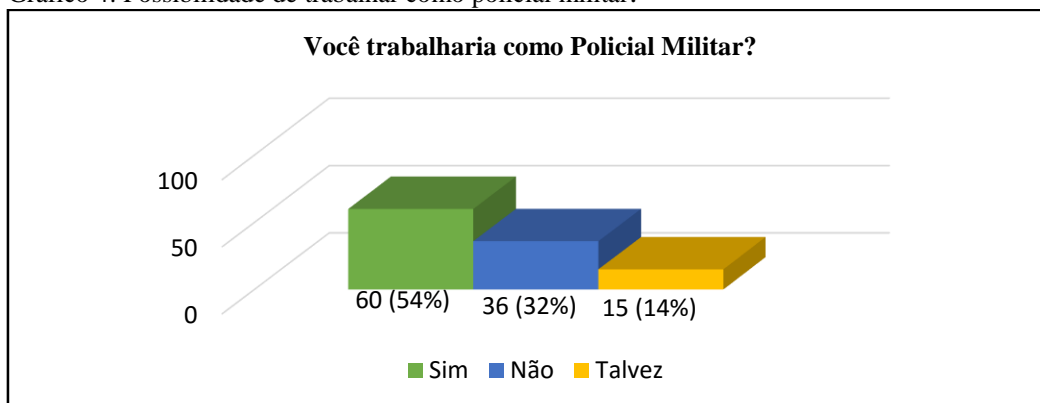


Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria.

A imagem que os funcionários civis têm do próprio ambiente de trabalho majoritariamente foi ótima em 92% dos entrevistados e boa em 8%. Os números indicam a imagem otimista que os funcionários civis têm do local em que atuam e a confiança no processo de gestão o qual participam. Para aprofundar esta relação identidade e trabalho policial militar foi indagado aos participantes da pesquisa se estes trabalhariam como policiais militares e;

Gráfico 4: Possibilidade de trabalhar como policial militar.



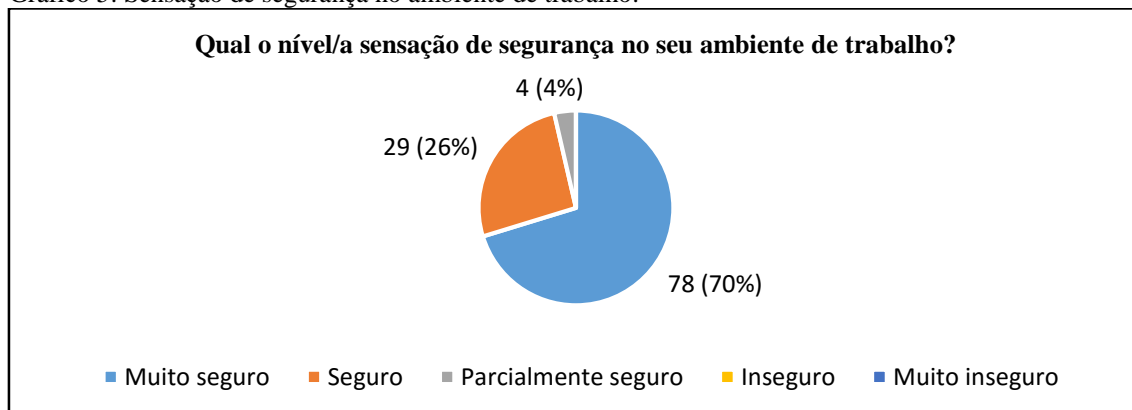
Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria.

Mais da metade dos entrevistados, 54% responderam que trabalhariam como policial militar e 32% não. Esta situação negativa pode ser explicada pelo fato de que estes entrevistados já possuem uma carreira estabilizada como professores, indicados anteriormente pelo percentual de 75% de entrevistados e tendo 81% deles com mais de 10 anos de profissão. Em relação àqueles que assinalaram positivamente ao fato de trabalharem como policiais militares (54%) esta positividade está relacionada

principalmente ao sentimento de segurança que, como realidade de trabalho educacional os colégios militares dispõem sua maior identidade.

Gráfico 5: Sensação de segurança no ambiente de trabalho.



Fonte: CEPMG de Anápolis.

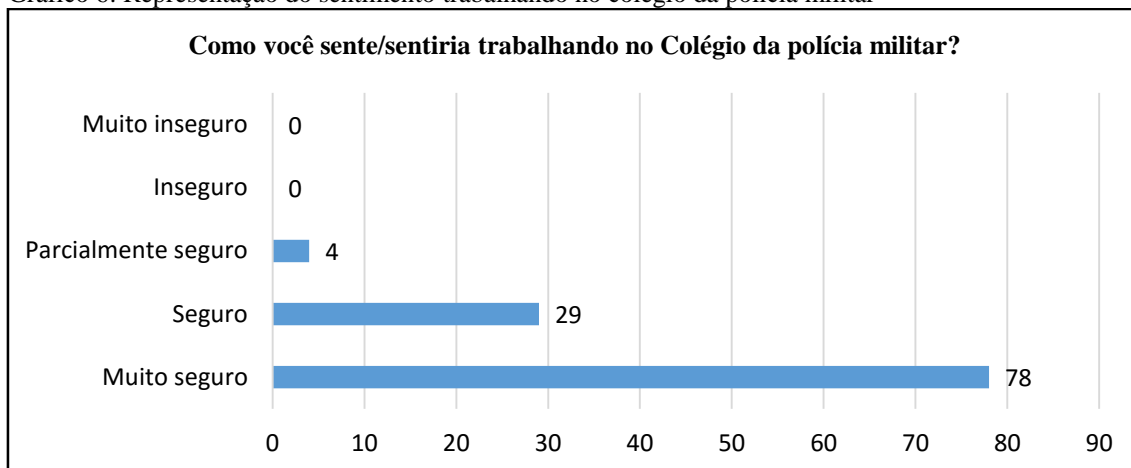
Elaboração: Própria.

Como apontado no Gráfico 5 acima, 70% dos participantes se declaram muito seguros, 26% seguros e 4% parcialmente seguros. Não há na representação dos trabalhadores civis dos CEPMGs acerca do sentimento de segurança o fator inseguro e/ou muito inseguro. Este percentual majoritário acerca do sentimento de segurança gerado pelos CEPMGs demonstra no atual cenário das escolas públicas, um paradoxo visto que, a violência escolar (MADEIRA, 2008, p. 29) tem ganhado espaço nos noticiários jornalísticos diversos gerando a “síndrome da violência escolar por contágio via mídia” ou tem se perpetrado em ocorrências que passam despercebidas pelo público geral, como pequenos furtos, danos ao patrimônio público e particular, tratamentos ofensivos ou desrespeitosos, ameaças, uso de entorpecentes lícitos ou ilícitos, entre outros, todos esses fatores que alteram a segurança dentro do locais consagrados a educação. Nesta perspectiva:

É fundamental buscar compreender as várias consequências das atividades dos agentes estatais, com o objetivo de gerar subsídios para o aprimoramento das decisões e planejamento dos governos e seus gestores. Em uma sociedade democrática, que supõe o controle social dos serviços públicos, a opinião pública torna-se um importante elemento desse processo de avaliação. Nesse sentido, a realização e a análise de pesquisas de opinião sobre atuação policial são relevantes na medida em que podem ser utilizadas como *proxy* do desempenho de policiais e seus serviços e da qualidade de sua interação com as comunidades, além de auxiliarem os gestores na ordenação de prioridades, a partir das avaliações dos programas de policiamento. (JUNIOR, 2011, p. 7)

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa se apregoa, pontuando que, trabalhando como policiais militares em CEPMGs estes mesmos respondentes:

Gráfico 6: Representação do sentimento trabalhando no colégio da polícia militar

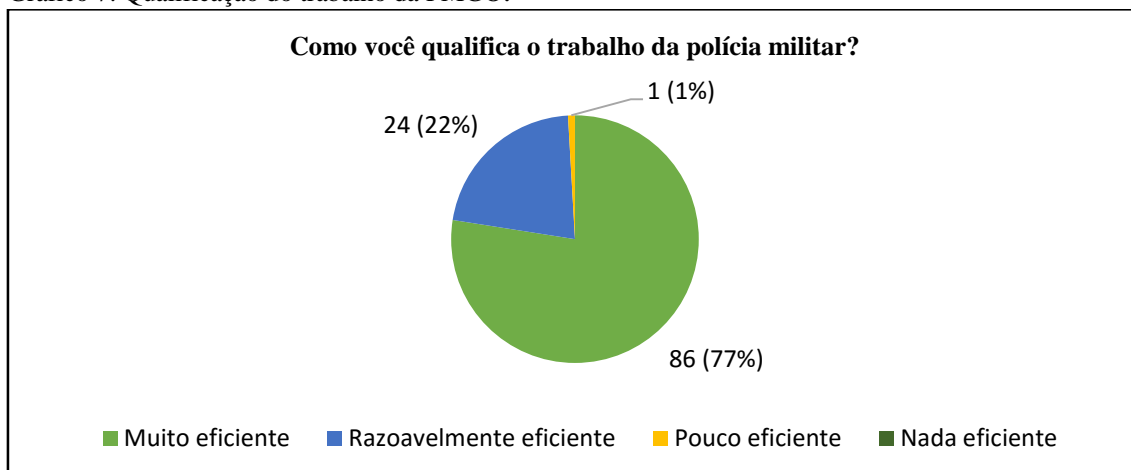


Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria.

Se sentem/sentiriam muito seguros em 78% dos casos, seguros em 29% e em 4% parcialmente seguros, denotando que o CEPMG é também um local seguro para os próprios militares trabalharem, já que o uso da farda significa maior predisposição a maiores níveis de risco ocupacional. De modo geral, os respondentes afirmaram que o trabalho da polícia militar é.

Gráfico 7: Qualificação do trabalho da PMGO.



Fonte: CEPMG de Anápolis.

Elaboração: Própria.

Em 77% dos casos muito eficiente, seguido de 22% que afirmaram ser o trabalho da polícia militar razoavelmente eficiente e, apenas 1% classificou-o como pouco eficiente. Estes índices cooperam para a visibilidade do trabalho policial militar de forma integrada e nos ajudam a perceber como este trabalho pode ser caracterizado atualmente, não apenas como de repressão ao crime, ou mesmo ostensivo, mas como

produtor de excelência educacional e segurança, mudando qualitativamente a percepção social acerca da polícia nos discursos de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados indicam uma representação social (JODELET, 2001) acerca do trabalho de polícia por parte dos funcionários civis dos colégios estaduais antes não estudado. Na análise dos dados, observou-se que os funcionários dos colégios estaduais da polícia militar, não só se sentem muito seguros, como aprovam o modelo de escola militarizada em que participam, tem aspirações de trabalho dentro da polícia militar e desejam majoritariamente que seus filhos tenham a oportunidade de estudarem em colégios que apregoam esta gestão escolar.

Outro dado que chama a atenção é a imagem que os funcionários civis têm da polícia militar, com um percentual em torno de 70% afirmando ser ótima a imagem que a categoriza. Outro dado importante é que esta imagem acerca dos colégios estaduais da polícia militar alcançou 92% de seus funcionários civis, abrangendo significativamente sua realidade de interação laboral. Um dos fatores prováveis para esta ressignificação da imagem policial militar é o contato diário, o bom relacionamento e a proximidade com as formações de trabalho militar realizadas nestes ambientes educacionais entre funcionários civis e policiais militares e suas divisões de tarefas. Todos esses matizes contribuem de tal forma que, a atividade dentro das instituições de ensino gera uma visão otimista como um todo, da representação social da polícia militar, podendo aumentar significativamente quando consideramos que os professores são formadores de opinião e influenciam sobremaneira a percepção de seus alunos.

BIBLIOGRAFIA

BELUCI, T.; SHIMIZU, A. D. M. Injustiças no cotidiano escolar: Percepções de membros de uma escola pública. **SciELO**, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n2/v11n2a13>>. Acesso em: 27 Janeiro 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 20 Dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 Março 2019.

_____. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 9 Janeiro 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 13 Dezembro 2019.

_____. Diretoria de Educação Preparatória Assistencial. **Histórico**, 8 Outubro 2015. Disponível em: <<http://www.depa.eb.mil.br/historico>>. Acesso em: 20 Dezembro 2018.

GOIÁS. Dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. **Gabinete Civil da Governadoria**, 21 Dezembro 2001. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14050.htm>. Acesso em: 28 Dezembro 2018.

_____. Histórico. **Portal CEPMG**, 17 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.portalcepmg.com.br/historico/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2019.

GUIMARÃES, P. C. P. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 24 Julho 2017. Disponível em: <[http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017\(1\).pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017(1).pdf)>. Acesso em: 12 Fevereiro 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p.17-44, 2001.

JUNIOR, A. D. O. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança pública**, 28 Junho 2011. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/94>>. Acesso em: 3 Fevereiro 2019.

MADEIRA, Felícia Reicher. Enfrentamento à Violência/ Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência da Educação**. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, 4. SEED, Curitiba, 2008.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, XI, 1 Março 2005. 33-63. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641198/8706>>. Acesso em: 27 Janeiro 2019.

MUNIZ, J. D. O. Polícia brasileira tem história de repressão social. **Com Ciência**, 10 Novembro 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/jacquelinemuniz.htm>>. Acesso em: 1 Março 2019.

OCDE. Education at a Glance 2018. **OCDE**, 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en>. Acesso em: 28 Dezembro 2018.

RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. D. O. Violência nas escolas: Um guia para pais e professores. **Núcleo de Estudos da Violência Universidade de São Paulo**, 2006. Disponível em: <<http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/01/down235.pdf>>. Acesso em: 12 Fevereiro 2019.

SILVA, G. F. Confiança na polícia em Minas Gerais: O efeito da percepção de eficiência. **SciELO**, 1 Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000100006>. Acesso em: 3 Janeiro 2019.

ZILLI, L. F.; COUTO, V. A. Servir e proteger: Determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. XXXII, n. 3, p. 683, 3 Dezembro 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300681&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 Dezembro 2018.